

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

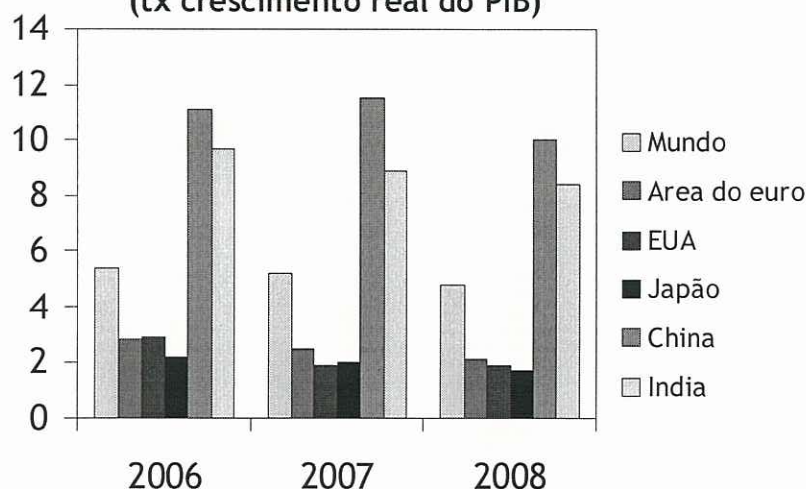
Dando cumprimento aos preceitos legais e estatutários, vem o Conselho de Administração da **Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.** submeter à apreciação da Assembleia Geral o Relatório e Contas referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007.

1. Enquadramento Geral da Actividade

Enquadramento económico e financeiro

Após vários anos de um enquadramento muito favorável, caracterizado por taxas de crescimento real do PIB mundial consistentemente robustas, pelo desenvolvimento extraordinário dos mercados e instrumentos financeiros, em particular do mercado de crédito, pelo aprofundamento da integração dos mercados mundiais, começaram a surgir indícios de alteração deste contexto durante o 1º semestre de 2007. O processo de reavaliação do risco que teve lugar a partir do Verão de 2007 tem vindo a condicionar o comportamento dos mercados financeiros globais e a elevar o grau de incerteza relativo à evolução da actividade económica em 2008. O receio de que o agravamento das condições financeiras contribua, numa segunda fase, para cristalizar este clima negativo motivou a adopção de medidas de natureza extraordinária por parte de alguns governos e dos Bancos Centrais das economias desenvolvidas, com o intuito de descontinuar o ciclo vicioso de aversão ao risco e promover o regular funcionamento dos mercados de capitais. Não obstante a reduzida exposição directa da economia portuguesa a estes desenvolvimentos, o elevado grau de integração e de abertura económica e financeira constitui um factor de exigência adicional para a consolidação dos progressos conseguidos em termos de redução do défice público, de recuperação da competitividade e de convergência no âmbito da União Europeia.

Actividade económica
(tx crescimento real do PIB)



Handwritten signatures and initials in blue ink.

Num contexto de recrudescimento das tensões inflacionistas – por pressão da procura e rigidez da oferta de matérias primas, com destaque para os bens alimentares e para a energia –, e perante o dilema de condescender com a complacência dos investidores ou incorrer no risco de precipitar

a economia mundial num ciclo recessivo, as autoridades monetárias das economias desenvolvidas adoptaram uma postura pragmática, com o propósito de mitigar a deterioração das condições de liquidez, através da redução das taxas directas (como no caso dos EUA e do Reino Unido), da flexibilização dos requisitos para a obtenção de fundos e na cedência de montantes invulgarmente elevados nas operações de mercado aberto.

Nos EUA, o Governo Federal promoveu um plano de actuação sobre o mercado de crédito à habitação visando reduzir o risco de um aumento substancial das insolvências ao longo de 2008; a Reserva Federal submeteu a consulta uma proposta de regulação da concessão de crédito destinado à habitação; e, ao nível da indústria tiveram lugar iniciativas com o propósito de conter os efeitos decorrentes da acentuada desvalorização de activos financeiros estruturados de crédito, nomeadamente no sentido de limitar uma potencial alienação forçada destes activos por parte de investidores institucionais.

Nos próximos meses, o sucesso destas medidas será determinante para o retomar o clima de maior confiança entre os investidores e para o desbloquear das anomalias que se verificam no mercado de capitais. Todavia, não deverá evitar o abrandamento da actividade económica mundial que se perspectiva. De facto, tem-se assistido a uma revisão, em baixa, das projecções de crescimento económico, de maior magnitude para 2008 e para os EUA, onde o risco para o desempenho do sector imobiliário e a respectiva influência nas decisões de consumo privado se afigura mais elevado. O nosso cenário privilegia um crescimento económico nos EUA e na UEM semelhante, em cerca de 2%, mas qualitativamente diferente, dado que enquanto para a Área do Euro representa um andamento em linha com o nível de crescimento potencial da economia, no caso dos EUA, o crescimento é inferior ao seu nível de crescimento potencial. Para a economia mundial, os efeitos poderão resultar mais brandos, beneficiando com o bom desempenho das economias em fase de desenvolvimento.

Implicações para as economias domésticas

Portugal

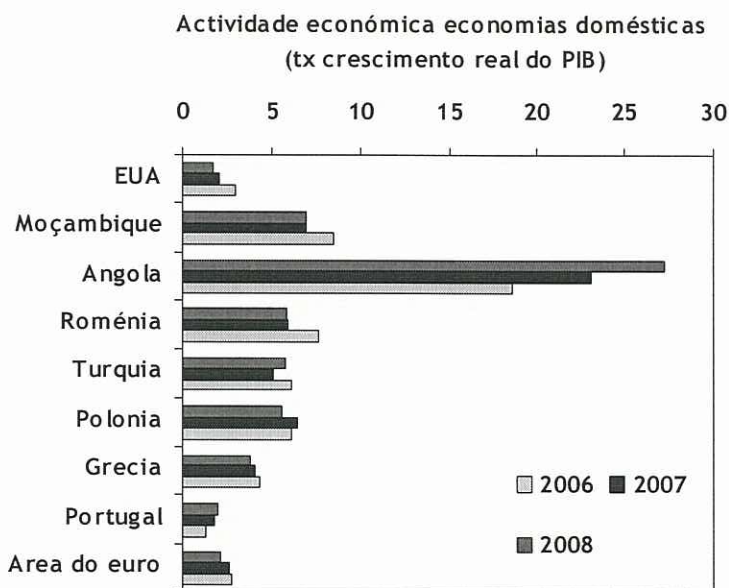
O ano de 2007 revelou-se favorável para economia portuguesa em vários domínios: trajectória desinflationista, redução do peso de défice público e crescimento real do PIB. Os dados disponíveis para o terceiro e quarto trimestres – crescimento real do PIB de 1,8% no terceiro trimestre e a estabilidade nos índices coincidentes de actividade em Outubro e Novembro – são compatíveis com um crescimento médio anual próximo de 2%. Também de assinalar, em 2007, o maior contributo da procura interna para o crescimento do PIB, em particular através do investimento empresarial. O consumo privado mantém um crescimento muito brando, decorrente da estagnação do emprego e das restrições aos orçamentos familiares, nomeadamente para cumprimento do serviço da dívida. A melhoria da competitividade tem vindo a reflectir-se numa recuperação de quotas de mercado, mas o andamento mais moderado da actividade nos

6

AP

6 X 1. 14

principais países de destino das exportações portuguesas deverá reflectir-se num abrandamento da procura externa.



A degradação nas condições de funcionamento dos mercados de capitais constitui um constrangimento importante, em particular para regiões económicas com um grau de abertura comercial e financeiro elevado como é o caso de Portugal. Num cenário de abrandamento mais pronunciado do crescimento mundial, a evolução das exportações poder-se-á revelar-se menos dinâmica do que o previsto e as condições de concessão de crédito poder-se-ão tornar mais restritivas, onerando o esforço de investimento actualmente em curso. O aumento do risco de crédito, que justifica o alargamento do diferencial entre as taxas de juro como a Euríbor e a taxa de juro do BCE configura o equivalente a um aperto das condições monetárias na ordem de 50-75 p.b, e que é mais relevante para países onde a prática comum são os empréstimos a taxa de juro variável, como é o caso de Portugal. Este fenómeno, em conjunto com a valorização da moeda europeia –um subproduto da evolução relativa dos diferenciais de taxas de juro entre os EUA e a UEM- e do preço do petróleo, sugere que as condições monetárias enfrentadas pela economia portuguesa permanecem moderadamente adversas ao crescimento.

Existem também factores atenuantes e até poderão ocorrer surpresas positivas, destacando-se: (i) o facto do mercado imobiliário português ao longo dos últimos anos não ter evoluído em sintonia com os demais mercados europeus, em que se registaram expressivas valorizações do preço das casas, estando por esta via menos exposto a um ajustamento mais pronunciado; (ii) o grau de exposição do sistema bancário nacional às estruturas financeiras complexas relacionadas com a "crise do *subprime*" deverá ser pouco significativo; (iii) a expectativa de retoma de condições mais normais de funcionamento dos mercados à medida que se desenrole o próximo ano, decorrente do impacto desfasado das medidas que têm vindo a ser tomadas pelas autoridades e da divulgação das contas anuais das instituições financeiras, que deverá contribuir para reduzir os problemas de assimetria de informação e permitir a correcta diferenciação do risco entre as contrapartes; (iv) a resiliência das economias emergentes e a respectiva capacidade de suportar

[Handwritten signatures and initials]

uma acentuada expansão do comércio internacional e, dada a acumulação de poupança nos últimos anos, de se constituírem como uma reserva financeira para a recapitalização de balanços (tal como evidenciado pela recente participação de investidores asiáticos e do médio oriente em capital de importantes instituições financeiras europeias e norte-americanas); (v) a expressiva melhoria dos mercados de emprego na Área do Euro (taxa de desemprego mais baixa dos últimos 15 anos), passível de sustentar uma retracção mais pronunciada do consumo.

Para o 2008 o nosso cenário consiste num crescimento real do PIB em Portugal semelhante ao registado em 2007, isto é na ordem dos 2%, reconhecendo que, de momento, os riscos para uma realização inferior ao esperado suplantam os factores positivos.

Enquadramento do Sector Segurador em Portugal

Em Portugal, o sector segurador apresentou em 2007 um crescimento de 5% dos prémios de seguro directo, facto justificado maioritariamente pela subida de cerca de 7% no ramo Vida, ao que se aliou o escasso apoio do segmento Não Vida, que apresentou a sua mais baixa taxa de crescimento desde, pelo menos, 1980.

Prémios de Seguro Directo (Milhões de euros)

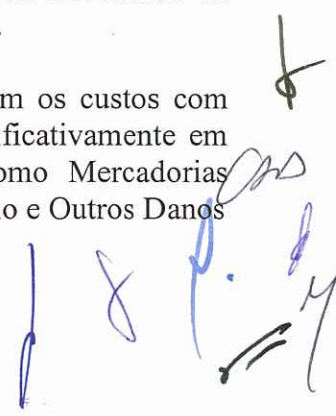
Ramos	2007	2006	2005	Var. 07/06	Var. 06/05
Vida	9.369,3	8.761,5	9.136,3	6,9%	-4,1%
Não-Vida	4.379,9	4.361,3	4.307,9	0,4%	1,2%
Total	13.749,2	13.122,9	13.444,2	4,8%	-2,4%

Fonte: Associação Portuguesa de Seguradores.

Depois de ter decrescido em 2006 e nos primeiros trimestres de 2007, a produção do ramo Vida recuperou no terceiro trimestre deste ano um ritmo de crescimento positivo, sendo o volume de prémios acumulados do ano 7% superior ao do período homólogo do ano anterior. O referido crescimento no ramo Vida resulta essencialmente da expansão dos seguros de capitalização não ligados a fundos de investimento, que tem compensado nestes últimos tempos o decréscimo de contribuições para seguros ligados a fundos de investimento e PPR.

No segmento Não Vida a receita de Prémios de Seguro Directo apresenta uma estagnação, e um crescimento real negativo, se descontado o efeito da taxa de inflação. Desta forma, continuamos a assistir à consistente tendência de desaceleração dos anos anteriores, reflectindo a conjugação das dificuldades de recuperação da nossa economia com os ajustamentos tarifários em baixa que, por pressão concorrencial, estarão a ocorrer em alguns importantes ramos ou sub-ramos da actividade, dos quais se destacam os de Automóvel e de Acidentes de Trabalho.

Relativamente estagnados, embora com um crescimento ligeiro estão também os custos com sinistros de seguro directo do conjunto dos ramos Não Vida. Crescem significativamente em Acidentes de Trabalho, Doença e outros ramos de menor dimensão (como Mercadorias Transportadas, Responsabilidade Civil Geral e Diversos) enquanto em Incêndio e Outros Danos



2. Síntese Global da Actividade da Médias - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S. A.

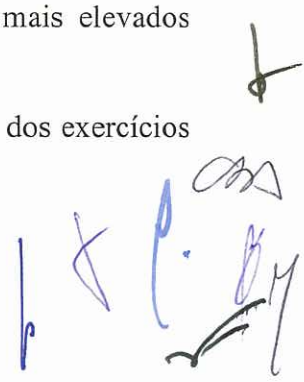
No decurso do exercício em análise, a Médias prosseguiu o cumprimento dos objectivos estratégicos de incremento da rentabilidade do negócio, por via do crescimento do número de pessoas seguras e da garantia da representatividade junto da sua rede de prestadores.

No que respeita ao cumprimento de cada um dos objectivos estratégicos enunciados desde o início de 2005, os resultados do exercício em análise podem ser considerados bastante positivos. Assim:

- Número de Pessoas Seguras: a Médias alcançou no final do exercício cerca de 330.000 pessoas seguras sob gestão, das quais perto de 56.000 decorrentes da diversificação de canais de distribuição, consubstanciada na disponibilização de oferta não intermediada a clientes Empresa de média/grande dimensão, e oferta intermediada através dos maiores e mais prestigiados brokers a operar em Portugal. Através do canal Millennium bcp, a Médias atraiu aproximadamente mais 37.000 novas pessoas seguras, um crescimento de 4,2% face ao exercício anterior.
- Representatividade junto da Rede de Prestadores: a Médias continua a dispor da mais extensa, capilar e completa rede de prestadores de cuidados de saúde em Portugal, com cobertura em todo o território continental e regiões autónomas, além de acordos com 13 hospitais e clínicas em Espanha, que funcionam como integrados na rede nacional. A Médias manteve no essencial a dimensão da Rede e, na generalidade, as condições praticadas para os actos e procedimentos médicos garantidos pelas apólices.
- Incremento da Rentabilidade do negócio: a Médias encerrou o exercício em análise com um resultado líquido de 4.064 milhares de Euros, uma variação de 17% face ao exercício anterior.

Principais Desenvolvimentos em 2007

- Reformulação integral da oferta de produtos para PME, reforçando a atractividade da sua proposta de valor neste segmento;
- Diversificação de canais de distribuição, tendo a Médias alargado a sua oferta através de outras seguradoras, tendo-se celebrado um acordo de parceria com a AXA e Zurich, a arrancar em Janeiro de 2008;
- Investimento continuado na notoriedade na marca Médias, que continua a ser a marca seguradora, excepção feita aos operadores directos do ramo automóvel, com mais elevados índices de recordação em Portugal;
- Melhoria generalizada dos níveis de serviço, com desempenhos superiores aos dos exercícios anteriores;



- Renegociação dos termos e preços de fornecimento de serviços com os maiores e mais importantes prestadores, com reflexos nos custos com sinistros relacionados com os actos e procedimentos médicos correspondentes;
- Melhoria generalizada do desempenho operacional, expresso num decréscimo de 9% no total de despesas gerais.

Síntese da evolução económico-financeira

Os **prémios brutos** emitidos atingiram em 2007 um volume de 87.680 milhares de euros que, comparativamente com o ano anterior, registam uma variação positiva de 11%. No entanto, excluindo o impacto do negócio da Império Bonança ainda sob gestão da Médias no exercício de 2006, o crescimento do volume de prémios foi de 14%, muito superior ao mercado que cresceu cerca de 8%. O crescimento da carteira *core* da Médias permitiu consolidar a segunda posição no ramo Doença.

Por seu lado, os **custos líquidos com sinistros**, antes de custos imputados, cifraram-se em 57.833 milhares de euros evidenciando um acréscimo de 3,3 pontos percentuais na taxa de sinistralidade bruta do ramo Doença, face ao ano 2006.

A **margem técnica** antes de imputação de custos operativos totalizou 16.524 milhares de euros, reflectindo um decréscimo de 9,2% face à margem técnica do exercício anterior e um rácio de 18,8% sobre os prémios brutos emitidos.

Fruto de uma rigorosa política de contenção, os **custos administrativos** apresentaram um decréscimo de 8,7%, compensando quase na totalidade o decréscimo verificado na margem técnica, situando-se nos 13.719 milhares de euros.

O **rácio combinado** situou-se nos 91,7%, registando uma evolução positiva face ao ano anterior de 1,3 p.p., reflectindo desta forma as políticas mencionadas ao nível da gestão criteriosa dos custos administrativos e dos sinistros.

O **resultado líquido** da Médias situou-se em 4.064 milhares de euros, o que representa uma variação positiva de 17% face a 2006. A Médias Saúde apresentou um acréscimo de 12,5% nos seus resultados antes de impostos; no entanto, se se excluir a Saúde 24, cuja prestação de serviços cessou em Abril de 2007, o acréscimo foi de 46,3%.

O **capital próprio** totalizou 30.145 milhares de euros tendo crescido 0,2% face ao exercício anterior.

O **ratio de solvência** situou-se em 165,5% no corrente exercício.



3. Proposta de Aplicação de Resultados

O resultado líquido de impostos da Médias Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde S.A. foi de Euros 4.063.871,43 (quatro milhões sessenta e três mil oitocentos e setenta e um euros e quarenta e três cêntimos).

Em reunião do Conselho de Administração de 30/10/07, foi deliberada a distribuição aos accionistas da importância de Euros 1.750.000,00 (um milhão setecentos e cinquenta mil euros), por adiantamento sobre lucros do exercício.

Assim, do montante disponível de Euros 2.313.871,43 (dois milhões trezentos e treze mil oitocentos e setenta e um euros e quarenta e três cêntimos), considerando o que consta do relatório do Conselho de Administração e nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se a seguinte aplicação:

Euros 406.387,14 (quatrocentos e seis mil trezentos e oitenta e sete euros e catorze cêntimos) para reserva legal;

Euros 1.900.000,00 (um milhão e novecentos mil euros) para dividendos a distribuir;

Euros 7.484,29 (sete mil quatrocentos e oitenta e quatro euros e vinte e nove cêntimos) para resultados transitados.

4. Perspectivas para 2008

A Médias irá desenvolver a sua actividade num mercado que se irá caracterizar por:

- Envelhecimento da população e crescimento do número de imigrantes;
- Incerteza quanto à evolução do crescimento económico, muito dependente do evoluir da situação económica nos Estados Unidos, onde uma possível recessão poderá ter impacto a nível global;
- Pressão sobre o rendimento disponível das famílias, por via da inflação, da subida das taxas de juro, do aumento da carga fiscal e do peso do endividamento familiar, com consequências potencialmente negativas na contratação de seguros não obrigatórios como os seguros de saúde;
- Contínuo aumento dos custos com Cuidados de Saúde, superando sistematicamente o crescimento do PIB;
- Pressão para a redução dos gastos públicos com a Saúde;
- Subida da procura de Cuidados de Saúde, potenciada pelo aumento da oferta e pela constante inovação médica;

[Handwritten signatures and initials]

- Crescimento do mercado de Seguros de Saúde abaixo dos 10%.

A actividade da Médias em 2008 e anos seguintes vai permitir atingir os seguintes objectivos:

- Assegurar a rentabilidade do negócio;
- Repor o número de pessoas seguras ao nível de 2004;
- Redimensionar a Rede de Prestadores Médias numa perspectiva de qualidade e ajustamentos geográficos.

Para tanto, a Médias irá reforçar o crescimento no segmento de agentes e *brokers*, aumentar os canais de distribuição por via do estabelecimento de novas parcerias com outras entidades, e comunicar com maior representatividade com o seu mercado potencial, com os actuais clientes e com os prestadores, por forma a consolidar a sua posição de liderança em inovação e criação de valor para o cliente e para o accionista, e a recuperar uma posição de liderança em quota de mercado, que historicamente tem sido sua.

Referências

O Conselho de Administração expressa o seu agradecimento a todos aqueles que contribuíram para os resultados alcançados:

- Aos Clientes pela confiança que continuaram a demonstrar.
- Às Companhias de Seguro Directo e às Redes Bancárias e de Mediação pela forte motivação comercial manifestada.
- Aos Colaboradores que, com entusiasmo, participaram com a sua contribuição e esforço.
- Aos nossos Resseguradores pelo apoio e solicitude manifestadas.
- Ao Conselho Fiscal pela forma interessada como acompanhou a vida da Empresa.
- Ao Instituto de Seguros de Portugal e à Associação Portuguesa de Seguradores pelo empenho que sempre demonstraram no desenvolvimento das Seguradoras.
- Aos Senhores Accionistas pela compreensão, apoio e confiança sempre manifestados.

Lisboa, 29 de Fevereiro de 2008

O Conselho de Administração

